

História, literatura e ótica social: a ordem, a desordem e a cor nas *Memórias de um Sargento de Milícias*

History, literature and social optics: the order to disorder and color in the *Memórias de um Sargento de Milícias*

Nilvânia de Souza Santana

Licenciada em História e Especialista em Educação e Diversidade Étnico-Racial pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ Campus VI). E-mail: nilvaniasouza90@gmail.com

Resumo: O estudo das *Memórias de um Sargento de Milícias* sob a perspectiva da ótica social e do elemento “cor”, evidencia a importância da literatura no que remete à análise social, dado que a obra literária traz em seu discurso verossímil aspectos voltados para a estrutura multifacetada da sociedade a qual se encontra inserida. A narrativa almeidiana, por meio de um discurso alegórico e cômico, ao conceder espaço a indivíduos subalternos, apresenta ao leitor o perfil da sociedade carioca de meados do século XIX e dos tipos sociais que aí empreendiam suas práticas corriqueiras e construía uma realidade paralela e em contraponto à ordem social vigente. Para ampliar a discussão proposta, o contexto social no qual a trama é desenvolvida, o Rio de Janeiro de meados do oitocentos, é apresentado mediante uma breve análise sobre o periódico *Correio Mercantil*, onde primeiramente a obra foi publicada em folhetins entre os anos 1852 e 1853.

Palavras-chave: História. Literatura. *Memórias de um Sargento de Milícias*.

Abstract: The study of the *Memories of a Militia Sergeant* from the perspective of the social optics and of the element “color”, highlights the importance of the literature in what refers to the social analysis, given that the literary work brings in its discourse credible aspects focused on the multifaceted structure of the society to which it is inserted. The Almeidian narrative, through an allegorical and comical discourse, by giving space to subordinate individuals, presents to the reader the profile of the carioca society of the mid-nineteenth century and the social types that undertook their usual practices and built a parallel reality and in counterpoint to the prevailing social order. To broaden the proposed discussion, the social context in which the plot is developed, Rio de Janeiro, in the middle of the 19th century, is presented by a brief analysis of the journal *Correio Mercantil*, where the work was first published in serials between 1852 and 1853.

Keywords: History. Literature. *Memories of a Militia Sergeant*.

Introdução

O ponto de partida que norteia a discussão em voga, emerge da possível relação inerente à História e a Literatura, deste modo, como aponta Barros (2010), o historiador, tal qual o literato, ao produzir o seu discurso historiográfico cria uma narrativa de intriga, ou seja, uma imitação criadora do real, cuja representação é construída pelo sujeito. O trabalho empreendido pelo literato, sua produção, ao se apropriar de elementos da História como algumas técnicas referentes à escrita e mesmo de alguns documentos, a exemplo dos indícios de ordem material, cria o efeito de realidade, de verossimilhança. A Literatura é um testemunho histórico que independe do autor e que simultaneamente, se torna o autor. Assim, cabe questionarmos acerca destas pistas, deste autor, deste eu-lírico. A narrativa de uma obra literária é pautada na verossimilhança (PORTELA, 2009: 13-31), por trás de seus personagens e dos demais elementos que a compõe, mais que ficção, vigora uma realidade oculta. Assim, a literatura se comporta como um eficaz mecanismo no que concerne à análise social e das características simbólicas/culturais predominantes em um dado lugar. A obra literária é um produto social, em seu discurso nota-se a realidade quotidiana, os movimentos de indivíduos que essencialmente são sujeitos reais e consequentes produtos dos meios em que vivem, que os circundam.

No decorrer do século XIX a divulgação inédita de produções literárias nos jornais, principais veículos de comunicação no período, se constituía em recorrente tendência. Manuel Antônio de Almeida se valera desse artifício e lançara as Memórias de um Sargento de Milícias em folhetim no periódico Correio Mercantil, precisamente no suplemento “A Pacotilha” entre os anos 1852 e 1853. Almeida conduziu muitos aspectos de suas vivências quotidianas às Memórias de um Sargento de Milícias e deste modo trouxe ao universo literário brasileiro de meados do século XIX como evidenciara alguns críticos a exemplo de Antônio Cândido (1970), um estilo que diferiu do que até então predominava. Neste ínterim, Memórias exibiu um discurso que se distanciava do Romantismo e inclusive, de alguns aspectos inerentes ao Realismo, fato que a torna um evento particular quando comparada com obras então circundantes e mesmo posteriores de autores contemporâneos a Almeida como José de Alencar e Machado de Assis.

O narrador almeidiano, ao minimizar a participação direta de escravizados e de personagens burgueses, importantes segmentos sociais da sociedade carioca oitocentista, concede espaço nas Memórias a indivíduos livres e pobres, os quais são descritos sob uma constante linguagem de caráter cômico, alegórico e caricato que os direciona a um meio social constituído perante o universo tradicional das superstições, das festividades religiosas, das comemorações populares, da maledicência, da feitiçaria, da capoeiragem, do sarcasmo, das demandas judiciais, do compadrio, da sedução, das modinhas, dos regatos, do deboche, da ordem estatal em desalinho. Contudo, ainda que sujeitos abastados não desempenhem papel de destaque na trama, permanecem do ponto de vista ideológico, às sombras do posicionamento do Almeida autor/narrador e no enalço das ações das personagens marginalizadas. Neste sentido, a ótica burguesa, as ideologias dominantes perpassam toda a narrativa por meio do narrador, personificação

de um autor influenciado pelas ideias médico-higienistas que em cada personagem impusera seu posicionamento.

A discussão aqui proposta, se concretiza em perscrutar como o elemento cor se impõe no contexto social da ordem e da desordem do Rio de Janeiro oitocentista das Memórias de um Sargento de Milícias, levando-se em consideração que o fator da cor aqui apontado transcende a questão da pele e repercute, pois, nas esferas pluriculturais desta sociedade.

O Correio Mercantil das *Memórias de um Sargento de Milícias*

A obra de Manuel Antônio de Almeida foi publicada em capítulos na seção “A Pacotilha”, a qual circulava em edições expostas uma vez por semana, no jornal Correio Mercantil, veículo de imprensa que teve ampla mobilidade na sociedade carioca de 1º de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868, portanto, duas décadas de atividade. O romance folhetinesco de Almeida firmou lugar no periódico entre 1852 e 1853, datando a primeira publicação de 27 de junho de 1852, na edição nº 178, a saber, o capítulo I intitulado Origem, Nascimento e Batizado, editado na primeira página do periódico. Ao tomar esta vigente edição como objeto de análise temos uma visão parcial acerca da sociedade do Rio de Janeiro de meados do oitocentos, bem como do caráter e impacto do Correio Mercantil sobre este espaço pluricultural urbano e consequentemente, sobre os sujeitos que o compunham e que de certo modo, contribuíam para edificar uma conjuntura social paralela no jornal.

O Correio Mercantil era estruturado em quatro páginas, cujos conteúdos se dispersavam em um quantitativo que oscilava de cinco a oito colunas. A primeira página do jornal era pretensoamente a melhor organizada e constante, visto que trazia a parte editorial do periódico. O seu conteúdo, distribuído em miúdas letras por cinco estreitas colunas, era pautado nos assuntos oficiais do governo, nos trâmites políticos e nos importantes eventos culturais da sociedade carioca oitocentista.

O cabeçalho trazia o informativo referente às assinaturas do periódico, especificamente aos preços que variavam em relação à Corte e às províncias vizinhas, bem como aos locais onde as vigentes assinaturas poderiam ser efetivadas, geralmente, no escritório do próprio jornal ou nas agências a serem anunciadas. As assinaturas eram pagas mediante adiantamento e eram abertas em dias determinados de cada mês, do mesmo modo, as publicações de caráter particular também eram pagas com antecipação. Na última página os leitores eram informados acerca do nome da firma do proprietário e da localização da Tipografia do jornal, situada no “Rio de Janeiro. _ Typographia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp., Rua da Quitanda. N 55” (CORREIO MERCANTIL, 1852, ed. 178: 4).

A segunda página, cujos assuntos se dispersavam entre cinco a seis colunas, como segmento à primeira página também trazia algumas abordagens a fatos políticos, a eventos culturais e a algumas publicações literárias. Contudo, o destaque era para as notícias, aos fatos diversos, ao quantitativo de estrangeiros que entravam e saíam do país, às publicações a pedido

e à seção “Escritório da Pacotilha”. As últimas páginas estavam mais direcionadas às questões de ordem comercial, econômica, aí se concentravam os informativos acerca das transações comerciais internas e externas, a exemplo da atividade cafeeira; as declarações oficiais por parte de instituições públicas, privadas e religiosas, tais quais os segmentos militares, as associações filantrópicas, as irmandades religiosas; os avisos marítimos; os leilões e os anúncios de teor diversificado.

Antes do público leitor ter acesso ao heterogêneo conteúdo do Correio Mercantil, na primeira página, logo abaixo do cabeçalho e antes da seção “A Pacotilha”, era-lhes apresentado um breve enunciado/sumário intitulado “Factura”, o qual expunha-lhes os principais fatos a serem abordados no decorrer da edição em pauta. Assim, na edição nº 178 de 27 de junho de 1852, as discussões levantadas no jornal tramitaram em torno dos seguintes assuntos:

Factura. _ Introdução; entrada de Felipe II em Lisboa; dita do Marquez das Minas em Madrid; história de um celebre meirinho do tempo do rei. _ Parte política; aumento de ordenado aos presidentes e desembargadores; orçamento da marinha; o Sr, Zacarias; o processo do Sr. Mello Franco, e o Sr. Firmino Rodrigues. _ O poeta frei Bonifácio. _ Correspondência do morador do Porto do Velho. _ Bailes campestre e militar. _ Audiência á Sra. D. Carolina da Piedade. _ Diversas. _ Escritório da Pacotilha. (CORREIO MERCANTIL, 1852: ed.178, 01).

Ao fim da explanação de cada artigo ou texto literário, por exemplo, os redatores não apresentavam um subtítulo para que os leitores se orientassem a respeito do que seria tratado a seguir. O leitor toma ciência de que se inicia uma nova discussão ao se embasar nas informações propostas na “Factura” e por conta do travessão inserido no parágrafo seguinte ao fim do discurso anterior. Após este breve enunciado da “Factura”, segue-se a apresentação da obra literária, no caso em questão, o capítulo I das Memórias de um Sargento de Milícias. Findada a exibição literária, segue-se a discussão de caráter político, em que os redatores, estruturando seus pareceres em linguagem cômica e satírica, ridicularizavam os debates firmados na Câmara Municipal da corte, pautados no projeto que visava ao reajuste salarial dos parlamentares:

[...]. As rendas publicas (graças á pauta ereada pelos homens cuja opinião política está fora do poder) avultão; e como se o paiz não tivesse empenhos a cumprir, necessidades a satisfazer para preparar-lhe um futuro a que é destinado pela sua natureza e recursos, novo como ainda é, os suaves representantes entendem que o meio mais conveniente de emprega-las é reparti-las pelos altos funcionários públicos, e mimosear com ellas aos escolhidos da actualidade. [...]. Não é mais possível servir estes empregos em um paiz de tanta renda sem grandes ordenados; [...]. (CORREIO MERCANTIL, 1852: ed. 178, 1).

O redator prossegue argumentando que os “suaves” se valem de pretextos tais quais “a dedicação, o patriotismo e amor da glória” para concretizarem seus intentos. A ação dos parlamentares é então comparada a um leilão e as rendas a serem repartidas a um pão-de-ló. O autor reitera que parte desta gama política, especialmente os ministros, há muito recebiam significativos honorários e gozavam de aclamada reputação social, portanto, “não se gastão assim

ilustrações por tão pouca cousa: o poder não é um sacrifício, é um comodo, não é aspiração de gloria, é um mero emprego e um goso” (CORREIO MERCANTIL, 1852: ed. 178, 01).

Entre os beneficiários do projeto em pauta, além dos ministros, o autor cita desembargadores, presidentes, membros do supremo tribunal de justiça, secretários e emenda que “é bem provável que os bispos e os vigários não fiquem no esquecimento” (CORREIO MERCANTIL, 1852: ed. 178, 01). Sustenta que não há dificuldades em se extorquir o povo em prol dos funcionários públicos, uma vez que o grosso popular os elegeu mediante a violência e a corrupção, “este paiz não se governa senão com os favores dos cofres públicos, ou com o arbitrio e o chicote” (CORREIO MERCANTIL, 1852: ed. 178, 01). A alusão ao chicote se refere aos açoites legados aos marujos indisciplinados a bordo dos navios da Marinha brasileira, o autor cita, para referenciar a expressão, o então ministro da Marinha o Sr. Zacharias de Góes e encerra o artigo enfatizando o escândalo envolvendo o processo movido e enviado ao Senado pelo deputado de Minas Sr. Firmino Rodrigues contra o Sr. Mello Franco.

Nas seções reservadas aos acontecimentos diversos e ao “Escriptorio da Pacotilha” transitam os pareceres e queixas dos leitores. Nestas respectivas seções podemos adentrar no cotidiano carioca do período, sobretudo, nas vivências e práticas das camadas populares. Os escreventes direcionavam suas queixas aos redatores que utilizavam os pseudônimos de Carijó e Companhia, Gregório e Antônio, os quais, respondiam aos escreventes. Contudo, nem todas as súplicas eram publicadas, geralmente por conterem como alvo personalidades conhecidas entre a alta sociedade fluminense, fator este que os redatores faziam questão de enfatizar. Os leitores raramente se identificavam e aí faziam os mais variados pareceres, os quais, tramitavam entre elogios, críticas, esclarecimentos e pedidos de desculpas.

Na edição vigente nota-se que os leitores faziam uso da palavra tanto particularmente quanto em coletividade, a exemplo dos casos referentes às irmandades, a saber, a do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São José e a irmandade de São João Batista, cujas organizações não pouparam elogios quanto às suas aparições nas festividades religiosas, enaltecendo deste modo a pomposidade nas procissões, os sermões aplicados, bem como os convidados ilustres que as prestigiavam.

Assuntos voltados para a ordem e salubridade pública ganhavam significativa ênfase no periódico, como as críticas tecidas a indivíduos que maltratavam seus escravizados e exploravam os seus serviços à exaustão, desrespeitando a idade destes sujeitos, os domingos, os dias santos e o sossego noturno da vizinhança. Inúmeras eram as solicitações à vigilância por parte dos fiscais de freguesias para que inibissem a ação de moradores que insistiam em lançar águas pútridas e outras imundícies através das janelas de seus respectivos sobrados, fatos recorrentes em ruas tais quais da Misericórdia, Alfândega e Senhor dos Passos. As denúncias incluíam a presença de animais perambulando na área urbana, bem como problemas de infraestrutura em alguns pontos da cidade, como nas ruas de “São Christovão”. Observações a respeito da conduta de determinadas mulheres também caíam nas graças dos reclamantes, a exemplo de uma estrangeira que costumava escandalizar na janela de sua casa na rua da Misericórdia.

As ações de importantes membros da sociedade e mesmo de algumas instituições não passavam despercebidas aos questionamentos dos cidadãos escreventes, a exemplo de membros religiosos que se lançavam às jogatinas e à polícia que de acordo com um denunciante anônimo, “o amigo da justiça”, cometeu um grave equívoco ao prender o Sr. Francisco Corrêa do Amaral, morador na rua do Príncipe, alegando que enquanto a mesma se ocupava de um cidadão honesto e íntegro, deixava, em contrapartida, “as ruas entregues a hordas de capoeiras” e os demais cidadãos à mercê de “ébrios, dementes, mendigos, ratoneiros e salteadores”(Correio Mercantil, 1852: ed.178, 02).

O charlatanismo era outro empecilho à manutenção da ordem pública como nos evidencia a seguinte denúncia:

Aos vereadores da Ilma câmara municipal da Barra Mansa, que tomem em consideração o charlatanismo que se tem propagado nos arraiaes do Amparo, S. Joaquim, Santa Isabel, Espírito Santo e mesmo dentro da Villa, chamando a responsabilidade homens que, abusando e calcando aos pés nossas leis e hospitalidade, se arvorarão de simples mercenários, uns em boticários, outros em homeopatas, e alguns desgraçadamente em curadores de feitiços, proclamando idéas bastante funestas, e fazendo por seus vis interesses grande número de vítimas (Correio Mercantil, 1852: ed.178, 02).

O periódico Correio Mercantil conquista uma considerável gama de leitores não somente na Corte carioca, como também nas províncias circunvizinhas, portanto, este jornal era direcionado a um público específico, letrado e em grande parte pertencente a uma minoria elitista que influenciada pela modernidade vigente, ditava seus modismos no jornal, prevalecendo desta maneira seus respectivos discursos embranquecidos, paternalistas, tradicionais e simultaneamente, cosmopolitas que adquiriam uniformidade no que se refere à luta corriqueira em prol do abandono de inadequados costumes enraizados na sociedade carioca oitocentista desde os tempos coloniais. Costumes estes que retardavam não apenas o progresso material, de infraestrutura, bem como e com maior intensidade, o progredir sociocultural no Rio de Janeiro da vigente época.

Alcides Ribeiro (2005), ao empreender uma análise sobre o Correio Mercantil, apresentando desta maneira o perfil da estrutura e composição do jornal, elenca importantes informações acerca da sociedade carioca oitocentista, bem como do público ao qual o mesmo era inteiramente destinado. Ribeiro (2005) destaca que nas edições iniciais da década de 50 do século XIX, o periódico era editado em francês aos domingos. Nas suas variadas seções os leitores tinham acesso a fatos que não se restringiam apenas ao Rio de Janeiro e às outras partes do país, como era de se esperar de um veículo de informação de ampla popularidade, inclusive, eram inteirados de assuntos pertinentes à Europa, Ásia e aos Estados Unidos da América, por exemplo. As crônicas, por sua vez, eram um gênero marcante no periódico e comumente exploradas na seção “A Pacotilha”, a qual difundiu a obra de Manuel Antônio de Almeida. Nas seções voltadas para as conversações diretas entre os leitores e os editores, Ribeiro (2005)

chama a atenção para os diálogos alegóricos estabelecidos, notando-se que o espaço em questão era constituído perante as bases da ficção e da realidade, assim, os escreventes ao tecerem suas respectivas solicitações, se comportavam como personagens que oriundos dos seus quotidianos reais, apelavam para os juízes redatores, a saber, Carijó e Companhia que apenas na condição de espectadores distantes, lhes prestavam as possíveis soluções.

No tocante à publicação folhetinesca a fusão entre o real e o fictício se torna marcante, é o que ocorre com as Memórias de um Sargento de Milícias, cuja produção em folhetim foi inteiramente publicada sem a identificação do autor, contudo, o caráter jornalístico, tal qual reitera Ribeiro (2005), foi mantido, a começar pelos títulos atraentes dos capítulos publicados, dos cortes com ganchos deixados pelo autor, das descrições simplórias e dos tipos, dos sujeitos destacados, em que prevaleciam as críticas quanto à estruturação (des) ordenada, socialmente falando, do período. Pontuações similares são empreendidas por Marcus Vinícius Soares (2011) que produziu um ensaio traçando significativas diferenças entre o romance impresso no Correio Mercantil e a primeira edição em livro datada de 1854-1855, assinada por Um Brasileiro. Soares (2011), ao levar em consideração o contexto histórico do período em que as vigentes edições circularam, enfatiza, dada a posição do autor (Almeida) enquanto jornalista, a dependência e apelo por parte deste no periódico em relação à memória do leitor, surgindo a necessidade de se fazer uso do mecanismo de performatização, em que o escritor mantém uma ligação direta com o leitor, almejando deste modo estabelecer uma conexão entre seus respectivos espaços e tempos.

“Era no tempo do rei”: A sociedade verossímil das *Memórias de um Sargento de Milícias*

O carioca Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), médico de formação, professor e escritor, exerceu a função de redator na tipografia do periódico Correio Mercantil em meados do século XIX, veículo este de informação que se concretiza como o primeiro mecanismo divulgador das Memórias de um Sargento de Milícias. Obra literária cujo enredo sintetiza a fusão cultural entre a ficção e a realidade; o universo social de Almeida, sua voz e dos sujeitos atuantes na trama; o paradoxo estabelecido entre a ordem e a desordem; o ideal e o marginal.

Antônio Cândido (1970) em seu artigo “Dialética da Malandragem: caracterização das Memórias de um sargento de milícias” pauta a discussão no que remete à caracterização, estética e estilisticamente falando, da obra. Sua análise é iniciada partindo de análises anteriormente perpetradas por renomados críticos, a exemplo das proposições de José Veríssimo, Mário de Andrade e Darcy Damasceno, entre os quais, os primeiros classificam o romance como uma literatura de costumes, realista e picaresca, a qual serviria, posteriormente, de inspiração para a constituição da personagem Macunaíma, o herói sem caráter, de Mário de Andrade. Quanto a Darcy Damasceno, em termos de totalidade, sustenta suas convicções sem adotar radicalismos, deste modo oscila entre a colocação realista e a picaresca. Antônio Cândido (1970), por sua vez,

estabelece significativas comparações entre as Memórias de um Sargento de Milícias e a produção literária picaresca espanhola, chama a atenção para o tom caricatural que Almeida impõe à linguagem empregada na narrativa.

Ao imputar suas considerações ao personagem principal, Leonardo, Cândido (1970) explicita que o caráter realista atribuído à obra por alguns críticos se distancia do realismo moderno, vindo a se estruturar em elementos inerentes ao popularesco, sobretudo, à comicidade emanada do âmagô popular. O caráter documental nas Memórias não deixa de ser ressaltado por Cândido (1970) ao enfatizar as representatividades das personagens, bem como suas respectivas descrições e as oscilações presentes no enredo.

Esta característica documental não causa estranhamento, uma vez que na condição de revisor e redator no Correio Mercantil e posteriormente, neste mesmo periódico impresso e divulgado sua literatura no folhetim A Pacotilha, é válido que Almeida estruturasse o discurso do romance sob o domínio de uma linguagem tipicamente jornalística. Marcus Soares (2011) em ensaio que esboça as diferenças entre os textos publicados no Correio Mercantil e a primeira edição em livro (1854-1855) elenca tal divergência, em que, no que concerne a esta última instância, se faz evidente que o autor não se detém a um público totalmente seletivo/limitado e consequentemente, ansioso. Quanto à linguagem utilizada, esta passa a ser menos incisiva, alguns elementos dos textos são alterados e os fatos agora apresentados são acabados, portanto, com a finalidade de adequá-los à nova forma.

Outra interessante análise acerca das Memórias de um Sargento de Milícias parte de Luigi Bonafé (2003), o qual sustenta suas proposições com base em uma perspectiva materialista, enfatizando deste modo a importância em se valer do uso de elementos de uma obra literária para a concretização de pesquisas de caráter histórico, uma vez que qualquer produção literária é produto de seu próprio tempo e portanto, um testemunho histórico onde predomina toda a lógica social da temporalidade em que se encontra inserida. Bonafé (2003) elenca que a provável inspiração de Almeida para as Memórias tenha partido de seu companheiro de redação Antônio César Ramos, o qual lhe relatava suas lembranças autobiográficas.

Bonafé (2003) aponta os pareceres de alguns críticos como o de Antônio Soares Amora que atribuía a Almeida o designo de ser um mero folhetinista, cuja obra foi efetivada mediante o improvisado, a espontaneidade, portanto, produção tosca pautada em personagens caricatas, remetendo, pois, à ideia de que Almeida se manteve na condição de um escritor descompromissado com a literatura, fato este inconcebível quando, ao buscarmos compreender o contexto das Memórias, nos deparamos de imediato com um autor que ao fazer uso de uma linguagem cômica e de uma estrutura literária que se contrapunha aos padrões, expunha a realidade social sobre a qual se encontrava submetido, realidade esta impressa em cada um dos tipos que transitam pelas Memórias. Inclusive, no século XIX era comum que as produções literárias fossem divulgadas primeiramente nos veículos de imprensa. O escritor Machado de Assis muito se serviu deste recurso, literato este que manteve ligações com Almeida no universo da imprensa carioca e segundo alguns críticos, cujas produções posteriores sofreram forte influência do esti-

lo almeidiano (REBELO, 2012, p. 135).

Ao debruçar perante o mundo das Memórias, depreendemos significativas questões a serem discutidas, uma vez que o romance apresenta ao leitor amplas possibilidades de análises, principalmente do ponto de vista histórico, já que o contexto social das Memórias se constitui numa variedade de espaços e tipos sociais que muito murmuram acerca da realidade social popular do Rio de Janeiro de meados do oitocentos e da mentalidade elitista predominante, o que nos conduz à importantes reflexões, a começar por refutar a colocação de Cândido que ao elencar a singularidade das Memórias, sustenta que esta não trazia uma “visão de classe dominante” (CANDIDO, 1970: 75) , ou seja, de cima, porém, concentra sua mobilidade perante as ações dos indivíduos marginais. Tal ótica se impõe um tanto romantizada, visto que cristaliza um Manuel Antônio de Almeida compadecido de tudo o que emerge do viés popularesco. Contudo, quando o leitor se depara no tocante às Memórias com o narrador personificado pelo autor, identifica, seja por intermédio do tom satírico empregado por Almeida no processo de construção da narrativa ou pelas discussões alegorizadas e caricatas impostas às personagens, um narrador que se mantém distante dos tipos populares relatados, ou que ao menos tenta evidenciar tal distanciamento, fato evidente, quando por meio da linguagem empregada por Almeida é dada a este narrador a faceta de minimizar a atuação de dois importantes segmentos sociais do período, a saber, a burguesia e os escravizados, sendo assim concedida ao mesmo a liberdade de transitar, visualizar, a movimentação de indivíduos livres e pobres na sociedade em vigência nas Memórias.

Uma proposição pertinente acerca da temporalidade intrínseca às Memórias é posta em pauta por Edu Otsuka (2007), o qual empreende uma análise da obra partindo da perspectiva de que o contexto sócio geográfico da mesma se estrutura mediante o mecanismo das rixas interpessoais, portanto, “é na dinâmica das rixas que o romance formaliza a matéria histórica” (2008). Assim, na presente trama rixosa, o tempo do rei alude à inserção da modernidade, especificamente falando, no âmbito ideológico, no seio da sociedade concernente às Memórias, porém, o grosso popular permanecia alheio à vigente introdução.

Almeida inicia a trama tal qual nos contos de fadas, porém, o clássico “era uma vez” cede espaço ao “era no tempo do rei” (ALMEIDA, 2007: 07), o viés satírico do autor se impõe já no ponto de partida do enredo das Memórias, fato este que conduz o leitor a notar um discreto posicionamento saudosista emprestado ao narrador da trama, tímido saudosismo este tão alegórico quanto a temporalidade aí explicitada, questão que se faz recorrente, quando, reiterando o que aqui já foi destacado, conclui-se que não por mero acaso Almeida suprime da narrativa, a participação ativa da elite e dos escravizados, segmentos estes fundamentais no que concerne à mobilidade, sobretudo, econômica e conseqüentemente, hierárquica na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro oitocentista. Ao minimizar a atuação direta desses dois grupos, as relações de poder engendradas na sociedade das Memórias são igualmente multifacetadas, reafirmadas entre os segmentos minoritários e portanto, em constante confronto com as relações emergentes da ordem dominante. Manuel Antônio de Almeida apresenta, pois, um quadro que sintetiza o

mito de enraizamento de costumes e valores populares na sociedade carioca oitocentista que em meados do século XIX, se portavam como significativos entraves à inserção das ideias progressistas de matriz europeia, principalmente do ponto de vista cultural, uma vez que a sociedade gestada nas Memórias se constitui perante o universo tradicional das superstições, das festividades religiosas, das comemorações populares, da maledicência, da feitiçaria, da capoeiragem, do sarcasmo, das demandas judiciais, do compadrio, da sedução, das modinhas, dos regatos, do deboche, da ordem estatal em desalinho.

A analogia a esta ordem pode ser notada no limiar do primeiro capítulo das Memórias, a saber, “Origem, nascimento e batizado”, em que Almeida nos apresenta o berço da cristalização dos costumes popularescos no Rio de Janeiro do período e ao fazer referências ao tempo do rei, tece comparações entre os meirinhos da já citada época e da sua própria temporalidade. Deste modo, o narrador explicita que:

[...] Os meirinhos de hoje não são mais que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei [...]. Os meirinhos desse belo tempo eram originais. [...]; nos seus semblantes transluzia um certo ar de majestade forense, seus olhos calculados e sagazes significavam chicana. [...]. (ALMEIDA, 2007: 07).

Almeida, por intermédio deste relato, evidencia o regresso cultural e político que abalava as estruturas da ordem social na corte oitocentista fluminense. Os meirinhos, oficiais de justiça que exerciam suas funções jurídicas no Brasil monárquico, já não detinham o controle das condutas sociais, tanto no âmbito coletivo quanto privado, função esta agora relegada à instituição policial que no tocante às Memórias se encontra materializada na personificação do Major Vidigal, o qual pode bem ser compreendido na trama como o reflexo caricato de um Estado opressor oriundo da mentalidade elitista emprestada ao narrador por Almeida, mentalidade esta inteiramente influenciada pelos moldes europeus e que dita as regras de organização social, especificamente, sob um discurso de teor higienista que mascarava em suas entrelinhas o anseio pela limpeza cultural no meio urbano do Rio de Janeiro de meados do século XIX. Nas personagens marginais das Memórias, o vigente apelo à higienização sociocultural é explicitamente notável, sobretudo, quando há entrosamento entre estes grupos e o Vidigal.

Quanto ao protagonista da trama, o futuro sargento de milícias Leonardo, cabe a façanha de conduzir o leitor aos múltiplos espaços e aos sujeitos que os constituem, porém, a sua participação efetiva nas Memórias é pequena, a qual, apenas ganha maior ênfase por intermédio do narrador. No primeiro capítulo, a ação de Leonardo se restringe a sua origem, a saber, entre pisadelas e beliscões compartilhados pelos portugueses Leonardo-Pataca, “moleirão e pachorrento” (ALMEIDA, 2007: 08) e Maria da Hortaliça, “saloia rechonchuda e bonita” (ALMEIDA, 2007: 08), a bordo de um navio destinado a aportar em solo brasileiro. Deste modo, Almeida nos apresenta a gênese dos conflitos que permeiam as Memórias, deixando em evidência a crítica que sustenta em relação à importação de costumes que em terras brasileiras, adquirem nova roupagem. Assim, os genitores de Leonardo trazem algumas reminiscências negativas de

sua terra natal e aqui, em contato com os costumes já enraizados, acabam sendo corrompidos mediante uma ressignificação tortuosa e portanto, o pequeno Leonardo herda toda a corrupção. Passado determinado tempo, o pai do garoto, após ser traído e abandonado pela Maria da Hortaliça, termina por rejeitá-lo sob o esbravejamento: “És filho de uma pisadela e de um beliscão; mereces que um pontapé te acabe a casta” (ALMEIDA, 2007: 12), ficando agora o menino sob os cuidados do padrinho barbeiro; quanto ao Leonardo-Pataca, posteriormente, é sabido que o mesmo acaba por se relacionar amorosamente com uma cigana que lhe prega peça similar à ex-companheira, contudo, desta vez o oponente se trata não de um capitão de navio, mas, de um clérigo.

O vigente trauma conduz o amante traído à Cidade Nova que era um dos bairros mais populosos do Rio de Janeiro de meados do século XIX e famoso por abrigar uma considerável leva de africanos e afro-brasileiros livres e escravizados, muitos dos quais, recém-chegados da Bahia. O bairro, inclusive, carregava a pretensa de ser o reduto das casas de dar fortuna (MOURA, 1995). Justamente à procura de uma dessas residências é que Leonardo-Pataca se aventura, tal qual elenca o narrador de Almeida, “para as bandas do mangue da Cidade Nova” (ALMEIDA, 2007: 20), pretendia, a qualquer custo, reconquistar o amor da amante. A partir de então o autor apresenta ao leitor, descrevendo sob uma linguagem permeada pelo sarcasmo, o perfil da vigente cena. Primeiramente, o narrador esboça seu parecer acerca do espaço, “uma casa coberta de palha da mais feia aparência, cuja frente suja e testada enlameada bem denotavam que dentro o asseio não era muito grande” (ALMEIDA, 2007: 20) e prossegue sua análise ao salientar que a mobília do casebre era proporcional às suas dimensões, emendando que tal:

[...] sinistra morada era habitada por uma personagem talhada pelo molde mais detestável; era um caboclo velho, de cara hedionda e imunda, e coberto de farrapos. Entretanto, para admiração do leitor, fique-se sabendo que este homem tinha por ofício dar fortuna! (ALMEIDA, 2007: 20).

Após a descrição deste episódio, o narrador das Memórias reafirma seu posicionamento crítico ao destacar que o espírito supersticioso dos que davam crédito às feitiçarias, elencando que tal espirituosidade não se restringia apenas às camadas populares, é que de fato sustentavam estas práticas hediondas, criminosas e imorais.

Gabriela Reis Sampaio (2009), ao empreender um expressivo estudo acerca de José Sebastião da Rosa, indivíduo que conquistou a fama de grande feiticeiro na sociedade carioca de meados do oitocentos, popularmente conhecido pelas alcunhas de Juca Rosa e Pai Quibombo, traça um perfil sociocultural e geográfico, em âmbito urbano, do Rio de Janeiro do período, aspectos estes delineados por meio da voz e das práticas engendradas por Rosa e pelos demais sujeitos a ele associados, bem como dos principais veículos de imprensa que muito contribuíram para a edificação e cristalização de uma determinada imagem acerca de Rosa. Presumivelmente, em uma sociedade fortemente influenciada por ideias progressistas cujas bases remontam os ares europeus, estes instrumentos de informação, sobretudo, os de ampla circulação, paralelos à ordem estatal opressora, atuavam como mecanismos difusores do discurso higienista predomi-

nante entre os grupos abastados que se julgavam mantenedores da ordem social.

A imprensa vigente, em periódicos como *A Rabeca*, *O Lobisomem*, *O Jornal da Noite*, *O Diário de Notícias* e *O Mosquito* se valiam de um discurso satírico que ridicularizava as práticas religiosas de Rosa, bem como os indivíduos que a ele e a tais práticas se interligavam. O feiticeiro não conquistara simpatizantes apenas entre os grupos populares, inclusive, era significativa a presença de “figurões” em seu círculo, muitos dos quais sustentavam uma relação de favores e apadrinhamento com Rosa. Deste modo, a imprensa escrita não cessava em atacá-lo, acusando-o de charlatão e estelionatário, dada a prestigiada condição financeira que ele, um negro, alcança na sociedade escravocrata da emergente época e de, paralelamente, ser lascivo e cafetão, visto que era conhecido o seu envolvimento amoroso com algumas de suas clientes, muitas das quais, senhoras distintas e brancas oriundas da alta gama social.

Como se percebe, a erradicação, ou melhor, a supressão das práticas religiosas de matriz africana se constituía em uma iniciativa que abalava as estruturas da linha tênue firmada entre o vão da ordem e da desordem, uma vez que envolvia sujeitos renomados que sustentavam e se beneficiavam destas práticas e além do mais, a disseminação das mesmas, dada a conjuntura social do Rio de Janeiro do período, impunha dificuldades no que concerne a qualquer forma de controle estatal, haja vista que os indivíduos reprimidos utilizavam de múltiplas artimanhas para dificultar a vigilância sobre si e neste ínterim, burlando as sanções vigentes, exerceram e desfrutaram de seus hábitos culturais já enraizados. Com isto, Sampaio (2009) evidencia as dimensões espaciais desta cultura paralela que pulsava no seio da sociedade fluminense, especificamente, na região central do Rio de Janeiro. Na Cidade Nova, localidades como a Rua do Sabão eram referência quanto à predominância popular e de seus respectivos costumes, aí se entrecruzavam sujeitos livres e pobres, brancos, negros e mestiços, prostitutas e as residências cuja finalidade era conceder fortuna. Outras ruas do bairro e de partes integrantes da cidade como o Engenho Novo e a Prainha, possuíam estrutura espacial e sociocultural similar.

Almeida, na condição de membro da imprensa carioca do período, claramente influenciado pelas ideologias predominantes, ao descrever o Caboclo Velho, ao se referir ao mesmo como tal, deixava em evidência a ótica imputada aos sujeitos adeptos às religiões de matriz africana, especificamente, ao candomblé, tudo o que daí fosse proveniente era tachado de imundo, imoral e criminoso. Esta visão não se restringia apenas ao universo da Corte, mas, inclusive, a outras províncias esparsas por toda a federação, a exemplo da Bahia (SANTOS, 2009) que concentrava então uma expressiva população negra livre e escravizada.

Em situação similar e simultaneamente contraditória ao Caboclo Velho, se encontrava a Comadre, madrinha do garoto Leonardo. O narrador almeidiano evidencia que a Comadre era uma beata conhecida por ser uma exímia frequentadora de missas e exercer os ofícios de parteira e benzedeira. Ao destacar os seus trajes, salienta que esta trazia “um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de arruda atrás da orelha e uma pequena figa de ouro ou de osso” (ALMEIDA, 2007: 28) presa à renda que acompanhava a mantilha, adorno este que servia de complemento à vestimenta.

Em uma das passagens da trama, especificamente quando a Comadre realiza um parto, a postura satírica do narrador se sobressai. O episódio em questão ocorre quando a personagem, ao realizar o parto da segunda esposa de Leonardo-Pataca, se vale de todos os artifícios supersticiosos de que tinha conhecimento com a finalidade de obter sucesso na tarefa, para tanto, contara com o auxílio de variados artefatos, a saber, bentinhos, palha benta, arruda, rosário, garrafa, orações, apelos a santos católicos e vagas colocações acerca dos princípios cristãos que melhor cabiam na ocasião, como em um dos instantes em que ditava instruções à parturiente e elencava que a partir do momento em “que nossa mãe Eva comeu aquela maldita fruta ficamos nós sujeitas a isto. ‘Eu multiplicarei os trabalhos de teu parto’. São palavras de Jesus Cristo!” (ALMEIDA, 2007: 78), após esta ênfase o narrador externa a seguinte máxima: “Já se vê que a comadre era forte em história sagrada” (ALMEIDA, 2007: 78).

Mediante esta colocação, Almeida ridiculariza os hábitos supersticiosos populares, sobretudo, ao elencar a inutilidade dos esforços da Comadre que a todo custo tentava acelerar e de fato acreditava que conseguiria, por meio de suas práticas, um processo que se concretizaria, dentro de um determinado tempo, independente da sua intervenção supersticiosa. Contudo, sujeitos sociais como a Comadre no Rio de Janeiro do período não eram dignos de tamanha atenção, pois, uma vez que não eram apontados como curandeiros e/ou feiticeiros, o risco que ofereciam à sociedade ficava limitado ao seu próprio núcleo social, ou seja, influenciavam apenas indivíduos fúteis e ignorantes que compunham seus meios, seus quotidianos, diferindo, portanto, dos feiticeiros que como enfatiza o narrador almeidiano, viviam a extorquir aos que lhes davam credulidade. Assim, os supersticiosos eram simplesmente criaturas risíveis.

No universo das Memórias está evidente que mais preocupante que o vício da superstição é, portanto, o vício da vadiagem, capaz de corromper o mais íntegro dos cidadãos e de subverter profundamente a ordem dominante. Como ilustrações ociosas nesta sociedade, o narrador das Memórias expõe as ações de indivíduos como Chico-Juca, Teotônio e Vidinha. Antes de apresentar ao leitor o perfil do primeiro sujeito, o narrador destaca que a valentia “foi em algum tempo ofício no Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2007: 53) e o indivíduo em questão partilhava deste ato, assim, segue explanando que o mesmo:

[...] era um pardo, alto, corpulento, de olhos avermelhados, longa barba, cabelo cortado rente; trajava sempre jaqueta branca, calça muito larga nas pernas, chinelas pretas e um chapelinho branco muito à banda; ordinariamente era afável, gracejador, cheio de ditérios e chalaças; porém nas ocasiões de sarilho, como ele chamava, era quase feroz. Como outros têm o vício da embriaguez, outros o do jogo, outros o do deboche, ele tinha o vício da valentia; [...] com isso muito lucrava: não havia taverneiro que lhe não fiasse e não o tratasse muito bem (ALMEIDA, 2007: 53).

A personagem em destaque em muitos aspectos se enquadra entre os conhecidos capoeiras que atormentavam a ordem social em pauta e conseqüentemente, multiplicava os esforços jurídicos e militares que visavam contê-los. Eugênio Líbano Soares (1999), ao empreender um estudo concernente ao trânsito de capoeiras no Rio de Janeiro oitocentista, elenca a capoeira-

gem como um mecanismo de autoafirmação identitária adotado por negros livres e escravizados em contraponto às condutas sociais opressoras e segregacionistas vigentes. Soares (1999), inclusive, salienta a importância das maltas, grupos organizados e constituídos por capoeiras, no que remete à disseminação da prática e afirmação de uma determinada identidade, culturalmente falando, própria. Em meados do século XIX, época em que Almeida lança as Memórias no Correio Mercantil, as maltas exerciam significativo domínio em múltiplos espaços da sociedade carioca, cujas relações acabam sendo mais fortalecidas em fins do oitocentos. No que se refere às bases destas organizações, Soares (1999) ressalta que havia todo um ritual de preparação sobre os sujeitos que desejavam integrá-las, geralmente, garotos arruaceiros. O processo era encerrado quando estes meninos recebiam o chapéu e a navalha, esta última, símbolo deste substrato social e que conduziu Soares (1999) a denominar a conjuntura sociocultural da época de “império das navalhas” (SOARES, 1999: 306).

A capoeiragem, na condição de elemento integrante do universo geográfico-cultural do Rio de Janeiro, acompanhou as modificações, especificamente de âmbito político e social, que afetaram a cidade. Por volta da década de 60 do século XIX a presença de imigrantes entre as maltas de capoeiras já se fazia marcante, bem como a atuação política destes grupos junto a setores partidários e da instituição policial, emergindo destas relações um favoritismo que fundamentalmente contribuiu para a perpetuação da capoeira e da prática da capoeiragem. O narrador almeidiano em nenhum momento se refere a Chico-Juca como capoeira, não lhe concede a navalha, porém, ao destacar os vícios deste sujeito, o situa como uma praga social vadia e arruaceira que sempre escapava às investidas do Major Vidigal e tinha seus serviços ilegais regularmente contratados por taverneiros mediante motivações particulares e comerciais.

Tal qual Chico-Juca, o velhaco Teotônio também se valia de artimanhas com o intuito de se esquivar do cerco dominante e deste modo exercer seu direito de transitar livremente na sociedade das Memórias. Contudo, inversamente ao primeiro, não possuía uma vantagem corpulência e tão pouco valentia, possuía apenas uma comicidade nata e desta aprendera a tirar proveito para benefício próprio. Teotônio é personificado como um típico malandro da sociedade carioca oitocentista que vivia de “súcia” em “súcia”, portanto, “[...] endiabrado patusco [...] cuja ocupação era a adivinhação [...] tudo quanto ele possuía de maior valor era um capote em que andava constantemente embuçado, e uma viola que jamais deixava. [...]” (ALMEIDA, 2007: 133). Ao exteriorizar as habilidades do astuto Teotônio, o narrador inteira o leitor acerca da sagacidade deste sujeito que:

Tocava viola e cantava muito bem modinhas, dançava o fado [...], falava língua de negro, e nela cantava admiravelmente, fingia-se aleijado [...], arremedava perfeitamente a fala dos meninos da roça [...] e [...] sabia com rara perfeição fazer uma variedade infinita de caretas [...]! (ALMEIDA, 2007: 134).

Não obstante estes atributos, o narrador informa ao leitor que em determinados dias da semana, o divertido Teotônio reunia em sua moradia, precisamente no sótão, um grupo

de pessoas onde comandava uma jogatina, a qual, ocorria desprovida da preocupação em se ultrapassar altas noites. Neste ínterim, o narrador das Memórias lança às percepções do leitor a imagem de um Teotônio revestido em dualidade, portanto, um sujeito dotado de personalidade ambígua e por consequência duvidosa que às sombras dos seus próprios gracejos, mascarava suas práticas ilícitas, com isto, se portava como um iminente perigo, um elemento marginal capaz de qualquer faceta criminoso que conduzisse à desestabilização da ordem social implantada, sujeito sorrateiro passível de ser submetido à constante vigilância.

Ainda no cerne da vadiagem inerente às Memórias, outra personagem se desponta, desta vez, uma figura feminina pretensamente denominada de Vidinha, a qual, surge na trama quando o rapazote Leonardo, ao ser novamente expulso da convivência paterna, busca refúgio “lá para as bandas dos Cajueiros” (ALMEIDA, 2007: 95), onde encontra um “rancho” de moças e rapazes acomodados sobre uma esteira a jogar baralho e cear entre alguns goles de vinho. Vidinha, tal qual se percebe, era parte integrante deste agrupamento, se tratava de:

[...] uma mulatinha de dezoito a vinte anos, de altura regular, ombros largos, peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; tinha olhos muito pretos e muito vivos, os lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, a fala era um pouco descansada, doce e afinada (ALMEIDA, 2007: 97).

O narrador das Memórias salienta que era hábito corriqueiro no Rio de Janeiro de então, principalmente nas noites enluaradas, ajuntamentos similares à turma de Vidinha que se punham a perambular pelos múltiplos cantos da cidade à procura de um local qualquer para passarem as noites sobre algazarras ao relento. Estes episódios são relatados pelo narrador de Almeida como “romarias consagradas ao prazer, que eram então tão comuns e tão estimadas” (ALMEIDA, 2007: 99).

Para que o leitor melhor compreenda as ações de Vidinha, o narrador toma como pauta central o seio familiar de onde a mesma emerge, núcleo este tão confuso quanto as aventuras vivenciadas pela personagem no decorrer da trama. Sua família é elencada enquanto uma unidade constituída por “duas irmãs, ambas viúvas, ou que pelo menos diziam sê-lo, uma com três filhos e outra com três filhas; passando qualquer das duas dos seus quarenta e tantos [...]” (ALMEIDA, 2007: 99). Junto aos referidos membros somava-se o amigo de Leonardo, Tomaz da Sé que se relacionava com uma das três moças, inclusive, todos conviviam na mesma residência e agora, Leonardo, na condição de novo agregado. Condicionamento este, como ressaltado pelo narrador, corriqueiro na sociedade carioca oitocentista, onde o leitor acaba por ser inteirado acerca das relações de poder estabelecidas entre os grupos minoritários, relações estas responsáveis pela permanência dos mesmos, construção e afirmação de suas identidades no interior do sistema sociocultural vigente. A prática da agregação podia ser facilmente notada entre alguns indivíduos livres ou, vivendo sobre si, africanos e afro-brasileiros, moradores na Corte que ofereciam acolhida aos seus semelhantes recém-chegados, sobretudo, da província da Bahia (MOURA, 1995).

Neste ambiente estruturado perante uma base familiar nada convencional, a personali-

dade de Vidinha seguia ritmo análogo:

[...] era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve [...] era uma formidável namorada, como hoje se diz, para não dizer lambeta, como se dizia naquele tempo. Portanto não foram de modo algum mal recebidas as primeiras finezas do Leonardo [...] (ALMEIDA, 2007: 106-107).

Contudo, Vidinha não só engata um romance com o novo inquilino, seduzido pela faiceira da moça quando esta cantarolava modinhas, como também era disputada entre dois dos seus supostos primos e correspondia às investidas de um destes, fator que conduz o leitor a repensar esta organização, se de fato existia tais laços consanguíneos entre estes indivíduos, ou, se toda esta estrutura foi armada para evitar um estranhamento social de amplas proporções. Desta maneira, o mais lógico a se pensar é que as tais viúvas não se enquadrassem na vigente condição que afirmavam pertencer e que portanto, talvez não fossem de fato irmãs, consequentemente, os rapazes e moças, respectivamente seus filhos e filhas, se assim realmente o fossem, provavelmente não se tratavam de frutos oriundos de relações amorosas socialmente aceitáveis.

Contrastando à impulsiva Vidinha, o narrador das Memórias destaca a recatada Luizinha, sobrinha e pupila da senhora D. Maria, a única personagem da alta sociedade que de fato desempenha algum papel significativo na trama e sobre a qual trataremos mais adiante. Quanto a Luizinha, a primeira impressão que provoca em Leonardo quando este a vê pela primeira vez é de repulsa, a acha feia, sem bons atributos, porém, durante a apreciação dos festejos do Divino no Campo, passa a observá-la com maior atenção e notá-la provida de certa graciosidade, vindo a mesma, vale salientar que anteriormente à Vidinha, alimentar em Leonardo o desejo de estabelecer uma relação sólida mediante o enlace matrimonial, contudo, os seus planos são frustrados quando a distinta moça se casa com o trapaceiro José Manoel.

Está, pois, firmada nas Memórias a dualidade entre dois ideais femininos, os quais eram delimitados mesmo entre os sujeitos marginalizados, a exemplo de Leonardo que transitando entre as pluralidades culturais da trama, distingue entre Vidinha e Luizinha, respectivamente, a mulher que apenas servia para amenizar as necessidades lascivas masculinas e a dama moldada perante o ideal burguês, proveniente de família bem estruturada, delicada, serena, instruída dentro das formalidades familiares patriarcais. Portanto, apta a exercer os papéis de mãe e esposa submissa.

A partir do momento em que Leonardo se atém às qualidades de Luizinha, este ideal acaba por ser cristalizado em suas aspirações, assim, quando surge Vidinha, livre e faceira, o choque de valores é inevitável, contudo, a integridade de Leonardo não é abalada, esta mulher não era digna de seriedade, não possuía as qualidades da outra, a começar pelo obstáculo da cor, pela pele. Paralelo a este fato, esta figura era o tipo que não se deixava subjugar pela ordem ideal, se distanciava do adestramento sociocomportamental imposto à categoria feminina, haja vista que este mecanismo de controle era intensificado sobre as damas da elite. Vidinha tinha consciência de sua liberdade e preferia gozar plenamente de tal condição, seu espaço social lhe

concedia possibilidades para tanto.

O narrador simplesmente retira o foco de sua atenção sobre a libertina Vidinha, ficando subentendido ao leitor que esta permanecera em suas práticas aventureiras. Leonardo se casa com o ideal, Luizinha que recentemente ficara viúva, contudo, perante o ciclo vicioso (des)ordeiro que domina as Memórias, não se pode descartar a possibilidade de permanência da relação amorosa entre o sargento de milícias Leonardo e Vidinha. Assim, às obscuras, não havia a necessidade de mantê-la na trama.

Luizinha teve na figura de sua tia e tutora D. Maria inspiração para se enquadrar no modelo burguês. Como anteriormente referido, Almeida minimiza nas Memórias a participação de dois importantes segmentos sociais do Rio de Janeiro oitocentista, a saber, os escravizados, que aparecem na trama esporadicamente quando o narrador referencia as crias negras de D. Maria; tece considerações a respeito da atuação do padrinho de Leonardo, o Compadre, outrora como sangrador em um navio negreiro; das baianas que desfilavam nas procissões religiosas e dos ternos de barbeiros constituídos por negros que se faziam integrantes nos variados festejos populares que ocorriam na Corte. Junto a este segmento, há a supressão da participação ativa da gama burguesa, elitista, nas Memórias, alguns destes sujeitos surgem vagamente ao aludir às relações de favoritismo inerente à trama, a exemplo de um fidalgo e de um tenente coronel. Neste contexto, D. Maria é a dama da alta sociedade que nas Memórias representa o status burguês.

Almeida apresenta um segmento cuja categoria na hierarquia social se porta como um vetor de uma ideologia importada fragmentária, dadas as condições socioculturais da sociedade à qual estavam inseridas que distando da padronização burguesa europeia, se rendia ridiculamente aos costumes popularescos. D. Maria é a típica integrante da defasada ordem pseudoburguesa da Corte, tendenciosa às picuinhas judiciais e alheia ao que de fato ocorria nos espaços culturais opostos à sua realidade, portanto, resignada a servir ao seu próprio ego. Apesar disso, abria as portas da sua luxuosa casa para indivíduos como o espertalhão José Manuel, fator que culmina no enlace matrimonial entre o mesmo e Luizinha; a supersticiosa Comadre que se torna sua amiga íntima e o mestre-de-rezas que conhecia, apesar da cegueira, todos os cantos da cidade e catequizava as crias da abastada senhora.

Estes sujeitos sociais, ideologias alegorizadas pelo narrador almeidiano, fruto das convicções, das relações quotidianas e do universo mental emprestado a este por Almeida, especificamente, os substratos marginalizados nas já elencadas figuras do Caboclo Velho, Chico-Juca, Teotônio e Vidinha, constituem as partículas perigosas da sociedade, uma vez que comportavam os maus costumes, os vícios, representando, deste modo, a transgressão da ordem tolerável, o viés contracultural sobre o politicamente correto. Paradoxalmente a tal marginalização, emerge nas Memórias um estado opressor personificado no Major Vidigal quando:

[...] ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e idéias da época. O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não

havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas. Exercia enfim uma espécie de inquirição policial. [...] (ALMEIDA, 2007: 21-22).

O narrador caracteriza o Vidigal enquanto um sujeito corpulento “com ares de moleirão” (ALMEIDA, 2007: 22), conhecedor de todos os cantos da cidade, becos, ruas, travessas e praças, por onde estava constantemente a rondar em companhia de alguns granadeiros, sempre atento e conseqüentemente disposto a “pilhar um maroto ou dar caça a um vagabundo” (ALMEIDA, 2007: 22). O Vidigal era severamente temido e constantemente solicitado pelos amantes da boa ordem, assim, caso “algum dos patuscos daquele tempo [...] era surpreendido de noite de capote sobre os ombros e viola a tiracolo, caminhando em busca de súcia” (ALMEIDA, 2007: 22), se deparava com o Vidigal no percurso, geralmente acabava surrado a chibatadas e/ou conduzido à casa da Guarda na Sé.

Vale salientar que esta autoritária personagem das Memórias, alude ao outrora agente da Guarda Real de Polícia da Corte, Miguel Nunes Vidigal (1745-1843) (REBELO, 2012: 57), afamado em sua época pela rigorosidade no tocante ao seu ofício e por tomar como principais alvos de suas ações, capoeiras e praticantes de Candomblé. O Vidigal das Memórias, neste sentido, se assemelha ao sujeito real histórico, porém, tal qual os demais elementos retratados na obra, aí é revestido de uma colocação caricata, ao mesmo tempo que reprendia, deixava-se lograr e até certo ponto se subverter ante aos costumes do período. Parte integrante do aparato estatal opressor da sociedade das Memórias, o Major Vidigal perpetrava suas ações munido de ferrenho intento castrador de viés étnico, limitando, portanto, a liberdade de indivíduos pobres e mestiços como os aqui citados.

Deste modo, o narrador almeidiano expõe as faces de uma ordem estatal cujos preceitos morais há muito se encontravam comprometidos, uma instituição que ao se munir de um rigoroso aparato castrador, visando atender à política imperial de limpeza cultural e portanto, étnica, suprimia o transitar de sujeitos tomados como marginais, indivíduos emergentes da gama popular. Porém, dadas às diversificações sociais do período, a multifacetada conjuntura espacial e cultural, estes indivíduos suprimidos por um discurso segregacionista que os trajavam de débeis, perigosos (CHALHOUB, 1996), viciados, inúteis, resignificavam suas próprias práticas e assim conseguiam burlar as barreiras limítrofes que lhes eram impostas. Sujeitos que nas Memórias, ainda que submetidos à conduta elitista do narrador almeidiano, escapavam ao cerco estatal e às imposições do próprio narrador mediante a astúcia, a valentia e as relações embasadas no favoritismo e assim, gozavam da liberdade que dispunham dentro da ordem criada por si próprios.

Considerações finais

Nas Memórias de um Sargento de Milícias, Manuel Antônio de Almeida, por meio de um discurso caricato, cômico e alegórico, apresenta ao leitor os costumes inerentes à sociedade

do Rio de Janeiro oitocentista, para tanto, empresta suas convicções, seus valores morais, seu universo mental ao narrador. Almeida, sujeito que transitava pela alta sociedade fluminense, influenciado pelas ideologias de cunho progressista europeias, ao minimizar nas Memórias as ações dos sujeitos escravizados e da gama elitizada, significativos vetores no que remete à mobilidade econômica na sociedade escravocrata carioca de meados do século XIX, relega o espaço sociocultural das Memórias aos sujeitos tendenciosos à vadiagem e com isto, chama a atenção do leitor para uma espécie de mito de enraizamento destes maus costumes.

Neste ínterim, nota-se que o narrador almeidiano, indivíduo embranquecido socialmente, embasado num discurso que instigava o processo de higienização social, atribuía à causa do atraso cultural da referida sociedade, os vícios seculares dos indivíduos marginalizados, tais quais a valentia, a lascívia, a malandragem, a astúcia, a maledicência. Por vezes, o narrador almeidiano, de fato o personagem atuante nas Memórias, se reveste da figura opressora do Major Vidigal, representante de um poder estatal castrador que visa promover a limpeza cultural da sociedade em questão mediante a supressão da liberdade dos indivíduos vadios por meio da força, em busca, portanto, do estabelecimento da ordem ideal de acordo com os preceitos burgueses em evidência.

Estes sujeitos, por sua vez, ainda que personificados pela ótica do narrador, conseguem fazer ecoar suas respectivas vozes, deste modo, possuem ampla consciência acerca das suas respectivas condições e buscam constantemente por alternativas dotadas de caráter escapatório, almejando desta maneira exercer suas práticas quotidianas sem, contudo, serem coagidos pela constante vigilância. Assim, criam sua própria ordem dentro do modelo ordeiro a ser imposto pelas camadas dirigentes. Neste ínterim, tomamos ciência da performatização adotada por Almeida na construção do espaço narrado, em que os sujeitos aí inseridos, sujeitos reais, ressignificam suas práticas, driblando as estratégias impostas pelo sistema dominante.

Antônio Cândido (1970), como anteriormente reiterado, do ponto de vista literário, elencou como elemento diferencial da vigente obra almeidiana, o fato da mesma expor uma sociedade desprovida da ótica elitista/burguesa dominante, uma vez que não trazia na trama sujeitos representantes desta gama social enquanto personagens principais, diferindo, portanto, de escritores contemporâneos à vivência de Almeida, a exemplo de José de Alencar e Machado de Assis. Contudo, a linguagem adotada por Almeida deixa em evidência o tom elitista que o mesmo empresta ao narrador das Memórias, implícito, sobretudo, na imposição do indivíduo subalterno no contexto social da ordem e da (des) ordem do Rio de Janeiro do século XIX aí apresentado. Portanto, apesar da supressão da participação ativa dos sujeitos escravizados e da gama elitizada na trama, a ideologia burguesa, elitista, perpassa por todo o enredo. Possivelmente, tal supressão se deveu ao posicionamento de Almeida ao criticar e ironizar, a partir de sua perspectiva política, os maus hábitos da sociedade do seu tempo, assim, os escravizados eram apenas peças comerciáveis que submetidos às condutas do sistema escravocrata, poderiam ser facilmente controlados e adequados às imposições políticas e morais que regiam o espaço social. Portanto, nas Memórias de um Sargento de Milícias aparecem como figurantes.

Manuel Antônio de Almeida, médico graduado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro (REBELO, 2012), muito absorveu das ideologias raciais médico-higienistas e transpusera às Memórias de um Sargento de Milícias, visto que seu discurso, ancorado no processo de higienização social, atribuía à causa do atraso cultural da referida sociedade, os vícios seculares dos indivíduos marginalizados, em sua maioria, sujeitos livres e pobres que integravam a população mestiça, os substratos de cor da sociedade fluminense. Ao descrever tais personagens, o narrador associava seus respectivos defeitos morais, às suas características físicas e aos espaços pelos quais transitavam, a exemplo do valentão Chico-Juca, possivelmente um capoeira; da sensual e temperamental Vidinha, mais um estereótipo da mulata na literatura; o malandro e astuto Teotônio, dentre outras personagens; algumas das quais simplesmente não possuem nomes próprios, designam tipos em si, como a comadre, o padrinho, a vizinha, o mestre-de-rezas, o mestre de cerimônias, a cigana.

O Correio Mercantil, periódico em que Almeida era redator, ironizava a presença figurativa da monarquia portuguesa no país. De modo similar, nas Memórias de um Sargento de Milícias a presença de tal governo, bem como de instituições e repartições falidas, tais como os meirinhos e o Palácio do Paço, contribuiriam para o retrocesso social e para a emergência de sujeitos ignorantes. As personagens das Memórias, em grande parte indivíduos humildes e desprovidos de uma adequada formação intelectual, se valiam da esperteza para sanarem seus problemas cotidianos. Por meio de um discurso embebido na comicidade, na caricatura e na alegoria, Manuel Antônio de Almeida apresenta ao leitor os costumes inerentes à sociedade do Rio de Janeiro oitocentista ao emprestar suas convicções, seus valores morais, seu universo mental ao narrador. Os sujeitos das Memórias eram aí apresentados em total ordinariade, assim como os sujeitos reais da “Pacotilha”. Enquanto jornalista, Manuel Antônio de Almeida confere ao narrador das Memórias a objetividade e a emergência do cronista. Diante de situações risíveis, Almeida criticava os costumes do seu próprio tempo, bem como as instituições como a escola, o governo, a polícia, o clero e os segmentos sociais minoritários.

Referências

- ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: W. Buch, 2007.
- BARROS, José D’Assunção. *História e Literatura – novas relações para os novos tempos*. Revista de Artes e Humanidades, n. 6, Mai- Out 2010. In: www.revistacontemporaneos.com.br.
- BONAFÉ, Luigi. *Para ler as Memórias de um sargento de milícias: Uma perspectiva materialista da análise de fontes literárias em história*.
- In: http://www.historia.uff.br/cantareira/edic_passadas/v4/memoriasmilicias.pdf.
- CANDIDO, Antônio. *Dialética da Malandragem: caracterização das Memórias de um sargento de milícias*. In: Revista do Instituto de estudos brasileiros, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia das

Letras, 1996.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. — 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OTSUKA, Edu Teruki. *Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias*. Revista do ieb nº 44 p. 105-124 fev 2007.

_____. *Rixas no tempo do rei*. REVISTA USP, São Paulo, n.79, p. 132-141, setembro/novembro 2008.

PORTELA, Fernando. *A ficção como limite: reflexões sobre o diálogo entre história e literatura*. In: Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p. 13-31, 2009.

REBELO, Marques. *Vida e obra de Manoel Antônio de Almeida*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RIBEIRO, José Alcides. *Correio Mercantil: gêneros jornalísticos, literários e muito mais...* REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 131-147, março/maio 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. *Memórias de um Sargento de Milícias no Correio Mercantil*. Floema — Ano VII, n. 9, p. 217-247, jan./jun. 2011.

Jornal

Correio Mercantil (1852-1853). Rio de Janeiro. Typographia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp. Rua da Quitanda, nº 55. In: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

CM. Ed. Nº 178 (27.06.1852).

Submetido em: 30/09/2020

Aprovado em: 03/11/2020